

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 236
25 de janeiro de 2014

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.

O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Hoje eu queria interromper um pouquinho aquelas especulações sobre a escola de Frankfurt e voltar a um dos problemas fundamentais da filosofia, que eu já abordei de passagem em outras aulas, mas ao qual eu gostaria de dar um reforço. Eu deixei umas notinhas aí para a aula de hoje. As notas estão um pouco obscuras, porque eu as escrevi rapidamente, só para conseguir lembrar-me do que eu queria dizer. Não é uma explicação, mas são apenas tópicos que eu pretendo explicar aqui para vocês. De qualquer modo, um problema está formulado logo no primeiro parágrafo da seguinte maneira:

“Se todas as nossas percepções são fragmentárias, se nada apreendemos na totalidade e se todo processo temporal só nos chega em fatias separadas, de onde podemos ter obtido a noção de uma identidade permanente, seja nossa, seja das coisas em redor, seja, mais ainda, do Ser eterno e imutável?”

Este é um problema sobre o qual praticamente todos os filósofos deram algum palpite e, até hoje, este problema não está devidamente esclarecido. Eu tenho impressão de que as tentativas atuais de tentar esclarecê-lo pela fisiologia cerebral vão complicar mais ainda a guerra.

Eu classifiquei as respostas em seis tipos e eu acho que todas podem ser reduzidas a esses seis. Existem muitas variações, mas, no geral, as respostas oferecidas...

Vocês entenderam a questão né? Tudo que nós percebemos é sempre fragmento, é coisa instantânea. Por exemplo: o olho humano fixa somente um ponto de cada vez e resto se desfoca. Nós temos esta impressão de um quadro maior porque o foco se desloca muito rapidamente. No ouvido, se um som toca continuamente, você logo para de ouvi-lo. O ouvido se adapta e você não ouve mais o som. As sensações tácteis também são todas pontuais. Não temos sensações contínuas de coisa nenhuma.

Isto quer dizer que todos os objetos dos sentidos só nos chegam por certos aspectos durante um tempo muito curto e tudo o que nós percebemos são pedaços. No entanto, nós temos a impressão de que as coisas têm uma identidade, que são o que são ou continuam sendo o que são durante algum

tempo pelo menos. Também nós temos a impressão de que nós temos uma identidade.

Esse problema muitas vezes foi abordado na filosofia. A resposta mais antiga que se conhece é a de Platão: Nós percebemos, embora estejamos no mundo do fluxo e da impermanência, da transitoriedade, [porque] nós anteriormente tivemos conhecimento das substâncias eternas, das formas ou idéias como chama Platão, das quais as coisas são apenas imagens. Isto que dizer que, por esses fragmentos que nós apreendemos pelos sentidos, nós nos recordamos das formas eternas e são elas então o fundamento da identidade das coisas que estão ao nosso redor.

Platão está dizendo que o fato de a nossa percepção ser fragmentária corresponde ao caráter fragmentário (e um pouco ilusório) das próprias coisas, cuja única realidade, estabilidade e permanência estão num mundo das formas ou idéias eternas. São, por assim dizer, o modelo das coisas.

Bom, se isto é uma solução ou se é apenas uma figura de linguagem é uma coisa que se discute até hoje. Todo mundo conhece a famosa objeção do terceiro homem: se tem um homem que você está vendo aqui e tem outro no mundo das idéias eternas, deve haver uma semelhança entre os dois. Esta semelhança, por sua vez, tem de ter também a sua forma no mundo das idéias eternas e assim por diante indefinidamente. As fórmulas se multiplicariam de forma ilimitada e complicariam ainda mais o problema ao invés de resolvê-lo.

Por isso mesmo Aristóteles tentou uma outra explicação dizendo que as coisas têm, em si mesmas (nelas mesmas) e não em um outro mundo, as suas [correspondentes] formas inteligíveis. [Ou seja], a forma inteligível está colocada nas próprias coisas. Bom, isto me parece uma realidade da qual nós não podemos fugir. Se as coisas não têm, em si mesmas, as suas próprias formas, nós teríamos de lhes dar esta forma ou elas teriam que recebê-las de um outro mundo e a relação entre as formas do outro mundo e os objetos desse mundo continuariam altamente problemática.

Então, a teoria da forma inteligível... eu acho que é uma verdade que Aristóteles descobriu e que nós não temos com escapar dela. Esta forma inteligível não é percebida pelos sentidos. Os sentidos captam apenas os elementos fáticos — aqueles que estão presentes, que estão ao seu alcance —, mas a apreensão da forma inteligível é uma ação do intelecto. Tão logo você percebe alguma coisa com os sentidos, o intelecto já está agindo na própria percepção. Não são operações separadas, por assim dizer. São níveis de uma mesma operação onde os sentidos captam a presença, a memória grava a forma aparente e, dessa forma aparente, a inteligência apreende, por abstração, a forma inteligível que é, na verdade, a definição da espécie.

Quando você vê a forma aparente de um gato, os seus sentidos captam somente esta forma aparente, mas isto se grava na memória de uma maneira mais ou menos estável e, desta forma estável, conservada na memória, a

inteligência apreende por abstração a forma geral gato e você descobre que é um gato. Mas tudo isto é instantâneo. Ele não está falando de um processo sucessivo, mas de diferentes níveis de uma mesma operação.

Isso aí resolve o problema? Ainda não, porque nós teríamos de perguntar: como a inteligência faz isso? Se, note bem, os dados dos sentidos são fragmentários, transitórios e momentâneos, quando nós gravamos na memória a imagem mais permanente daquilo que foi visto, a inteligência vai operar sobre esta imagem e não sobre os dados dos sentidos. Sempre sobra um hiato entre aquilo que foi percebido e aquilo que foi gravado na memória. A memória já opera [com] uma certa abstração. De tudo o que viu no gato, você não conserva tudo. Você pega uma forma esquemática e é esta que se grava na memória.

Se a operação na inteligência se dá sobre a imagem gravada na memória e não sobre os objetos dos sentidos, nós poderíamos, na melhor das hipóteses, dizer que a imagem conservada na memória tem alguma estabilidade e identidade, mas isto não garante que o próprio objeto percebido também tenha essas qualidades.

Diante dessas dificuldades, a escola céptica conclui que nós temos apenas impressões, que nós não sabemos se existem coisas por trás das impressões e que nós não sabemos nem mesmo se nós existimos.

Esse é um tema que vai voltar, vai ser recorrente durante muitos séculos e que vai encontrar sua expressão mais perfeita em David Hume, onde ele diz que nós só temos estados e percepções, mas nós não temos certeza de que nós mesmos temos uma identidade e que existe um Eu consciente por trás, porque, esse próprio Eu consciente, nós só tomamos consciência dele também de modo fragmentário. Você não está autoconsciente o tempo todo então, se as percepções são fragmentárias, o próprio Eu, que as percebe, também é fragmentário.

Antes do próprio Hume, Descartes havia proposto uma solução dizendo que Deus é a garantia das nossas percepções. Mas, se nós perguntamos: mas que prova você tem de que Deus garante nossas percepções? É apenas um ato de fé. Ele diz que Deus não é mal: não é um gênio maligno que está disposto a nos enganar. O mundo que Ele pôs ao nosso redor, com aparências de coisas estáveis, deve refletir a própria realidade das coisas e não uma ilusão nossa.

Muito bem, você pode aceitar esta solução, mas ela também não atende à exigência da prova racional, que o próprio Descartes exigia. [0:10] Partindo de Descartes e Hume, Kant oferece a sua solução e diz que noções como identidade, substancialidade, permanência, estabilidade, etc são categorias do nosso pensamento. Nós não conseguimos pensar nada sem essas categorias.

Então, quer as coisas tenham estabilidade e identidade, quer não tenham, nós temos de pensar que elas tenham, pois nós não conseguimos... Se tirar essas categorias, nossos pensamentos paralisam.

Isso quer dizer que nós não sabemos realmente se as coisas têm identidade, estabilidade, mas nós não podemos pensar de outra maneira. Nós somos forçados a pensar que têm. Como não podemos sair de dentro da nossa própria mente — como não temos uma outra mente com a qual pensar ou, dito de outro modo, como nós enxergamos com nossos próprios olhos e não com outros —, então nós temos de aceitar que as coisas têm alguma estabilidade, mas isto é [assim] por uma exigência da estrutura da nossa mente e não das coisas mesmas. Se as coisas, em si mesmas, têm esta estabilidade ou permanência. Se elas se constituem apenas de uma poeira de impressões que emanam delas, nós não vamos saber jamais.

Isto quer dizer que a impressão de permanência e identidade das coisas, assim como a impressão de estabilidade do mundo do ser e da nossa própria existência, tudo isto, é fruto das categorias da nossa percepção e do nosso pensamento. Não sabemos se nada disso é a realidade, porém somos obrigados a pensar assim.

Dito de outro modo: é a nossa mente — é a forma da nossa mente — que unifica a poeira de impressões que nós recebemos do mundo exterior e de nós mesmos (do nosso próprio corpo).

Muito bem, aí resta um problema terrível: mas por que nossa mente faz isto? E de onde nós tiramos este poder? Se nós mesmos não temos, sequer, uma certeza da nossa própria estabilidade, enquanto seres existentes, enquanto coisas, por assim dizer, como é que podemos ter o poder de unificar tudo isto? Que poder mágico é este? De onde o tiramos?

Depois, em seguida, vem uma escola culturalista, que no Brasil é representada pelo Miguel Reale, e diz que as próprias categorias Kantianas não são estáveis e permanentes, mas são fruto da cultura. A cultura as cria. Isto quer dizer que a impressão que nós temos de estabilidade e permanência dos objetos, depende da estabilidade e permanência da própria estrutura social e do conjunto do imaginário cultural que nós recebemos da sociedade.

Aí sobraria também a pergunta: mas como é que uma coleção de pessoas, que em si mesma não tem estabilidade nem identidade nenhuma, conseguiram criar esta vasta impressão de estabilidade e permanência que é a cultura?

Isto quer dizer que o problema continua vivo com toda a sua pungência e todo o seu caráter desnorteante. Mas a minha impressão é a seguinte: todas essas tentativas de resolver o problema partiram do sujeito cognoscente. Elas enfocam, em primeiro lugar, a nossa capacidade de conhecimento e, naturalmente, a questionam e após questioná-la, sugerem várias soluções possíveis.

Mas existe um ponto que foi conquistado por René Descartes que nós não podemos abandonar jamais. Quando ele disse: “Penso, logo existo”, o pensar é uma prova da existência, mas a existência é uma condição para “o pensar”. Isto é, se eu não existisse eu não... Se o penso logo existo é verdadeiro, é porque se eu não existisse não pensaria. O próprio pensar é uma ação real que se desenrola no tempo e espaço. Ele prova a nossa existência, mas se “o pensar” prova a nossa existência é porque “o existir” é uma condição para “o pensar”.

Eu notei que todos os filósofos que examinaram este problema, o examinaram tomando como ponto de partida o ser humano enquanto sujeito cognoscente e não enquanto sujeito existente. A partir do momento em que você fez isto, você cria um problema maior ainda, porque o conhecer é apenas uma das ações que o ser humano perfaz. É uma das propriedades dele.

O nosso conhecer, a nossa mente cognoscente, não existe em si mesma: ela não é uma substância. Ela é uma ação que nós praticamos, é uma propriedade nossa e não uma coisa. Se você procura a identidade e estabilidade numa mera propriedade de um ser, você nunca vai encontrá-la, porque esta propriedade também não é exercida de maneira permanente; nós não estamos conhecendo o tempo todo.

[interrupção]

O que eu estava dizendo é que todas as tentativas de enfocar este problema ao longo de dois milênios de picos de história da filosofia o tomaram sempre como um problema de teoria do conhecimento, um problema gnosiológico ou epistemológico. Portanto o que eles enfocavam era o mundo dos objetos tal como percebido por um sujeito cognoscente. Qual é a possibilidade de que esse sujeito cognoscente apreenda nos seres uma estabilidade, uma permanência, uma substancialidade real?

Acontece que o sujeito cognoscente enquanto tal não tem em si mesmo nenhuma estabilidade e nenhuma permanência. Não há nenhuma atividade cognitiva nossa que seja permanente. Portanto, se tudo o que nós somos se resumisse ao Eu cognoscente — aquele Eu cartesiano, que consiste em pensar e consiste em ter consciência —, essa consciência também teria apenas uma duração momentânea.

O próprio Descartes, nas *Meditações de Filosofia Primeira*, diz à propósito do *Cogito ergo sum*: “Esta sentença é verdadeira, todas as vezes em que eu a penso.” Ou seja, ela só é verdadeira para aquele momento. Quer dizer: eu estou pensando agora, então, neste momento, eu existo. É óbvio que isto não resolve o problema da existência ou não de um Eu permanente.

Vamos imaginar o seguinte: se nós não tivéssemos nenhuma identidade e permanência, não apenas não poderíamos perceber nenhuma identidade e

permanência, no que quer que fosse, mas nós não poderíamos ter levantado o problema da impermanência. Porque, para eu perceber que minhas percepções são fragmentárias é necessário que eu conecte uma à outra, ou seja: que eu permaneça enquanto elas transcorrem, ou, como no poema do Apollinaire: *“Les jours s’en vont je demeure”* (os dias vão, mas eu fico; os dias passam, mas eu fico).

O que é este Eu que fica por trás de tudo isso? Não pode ser o Eu cognoscente: o Eu cognoscente, evidentemente, só existe como uma ação ou como uma propriedade do Ser. Eu não consisto em conhecer, ao contrário, para conhecer eu preciso existir antes de conhecer. Preciso continuar existindo depois, senão eu não me lembraria de que conheci e não poderia refletir a respeito.

Se você coloca o problema da identidade e permanência na esfera do puro sujeito cognoscente, você nunca vai encontrar uma solução. Você pode tomar partido de uma coisa ou de outra, você pode justificar de uma maneira ou de outra, mas você está sempre se perguntando: como que coisas impermanentes podem adquirir uma aparência de permanência, numa tela que também é impermanente? O problema é um problema desesperado ele não tem solução.

Se colocarmos este problema como um problema [0:20] de teoria do conhecimento ele jamais será solucionado. E a tentativa de remeter o problema à neurofisiologia torna a coisa ainda mais desesperadora. Porque, afinal de contas, o que chamamos de cérebro, sistema nervoso etc também são coisas que nós percebemos com os sentidos. Também as percebemos de maneira impermanente: então isto vai complicar mais, e mais, e mais, e mais.

A solução que eu ofereço é simples: não podemos tratar este problema na esfera da teoria do conhecimento antes de tê-lo resolvido na esfera da ontologia. Ou seja, eu tenho de estudar este problema não como ele se coloca ao ser humano, enquanto sujeito cognoscente, mas sim enquanto sujeito existente. Nós temos que, primeiro, resolver o problema da identidade e permanência do próprio sujeito humano, antes de colocar o problema da identidade e permanência do que quer que seja. E, pior, não podemos colocar este problema somente na esfera do conhecimento: nós temos de colocá-lo na esfera da existência.

Ora, a existência de uma substância permanente por trás de todos estes estados e por trás, inclusive, de todo este questionamento, a mim, me parece uma exigência óbvia. Ou seja, nós não podemos, enquanto sujeitos cognoscentes, apreender a nossa própria identidade e existência, porque — é simples — uma substância jamais caberá dentro de uma das suas propriedades. O conhecer é somente uma de nossas propriedades: agora, o ser, o existir, é nós mesmos na nossa totalidade.

Eu só posso me conhecer enquanto cognoscente: eu não posso apreender a minha existência na sua totalidade. Mas essa existência, na sua totalidade, é uma condição sem a qual eu não poderia conhecer. Então eu tenho de admitir

não apenas o “penso, logo existo” — isto é, eu existo porque penso —, mas eu tenho de admitir que eu existia desde muito antes, mesmo sem ter pensado nisso.

A minha existência, enquanto substância permanente, é uma condição para que este problema seja colocado. E ela não pode ser resolvida, dentro da pura esfera do conhecimento, pelo simples fato de que o sujeito cognoscente não pode se apreender a si mesmo enquanto existente: ele só pode apreender aquilo que chega ao seu conhecimento — aquilo que dele próprio chega ao seu conhecimento. Por exemplo, eu tenho algumas memórias, eu tenho percepções de mim mesmo, eu vejo o meu corpo de alguma maneira — ou pelo menos partes dele — tudo o que de mim está no meu sujeito cognoscente, são também aspectos.

Mas a pergunta é: quem colocou este problema? Não pode ter sido o próprio sujeito cognoscente. Eu não poderia ter colocado esse problema se eu não existisse. Quando o coloco, eu percebo que eu já existia antes de tê-lo colocado. Isso quer dizer que a existência do Eu humano, não do Eu psíquico ou do Eu cognoscente — Eu talvez não seja a palavra certa—, a existência da identidade de cada ser humano é uma condição prévia para que este problema possa ser colocado. Se você não consegue resolver esse problema, é porque o Eu existente não cabe no Eu cognoscente pelo simples fato de que conhecer é apenas uma das suas propriedades. É uma ação que ele desempenha de maneira também descontínua. Mas a própria descontinuidade do conhecer exige a permanência do ser que conhece.

Eu acho realmente espantoso que, no meio de tantas discussões filosóficas, ninguém jamais tenha chamado a atenção para este ponto, de que o problema da identidade e permanência das coisas — de mim mesmo e do Ser — não é um problema gnosiológico e que jamais pode ser resolvido na esfera da pura gnosiologia.

Por mais que se discuta — você vê pelo número de soluções fracassadas apresentadas —, o problema tinha de durar até hoje sem solução nenhuma e a intervenção da chamada ciência cognitiva e da neurofisiologia só vai complicar isso cada vez mais. Não há ciência cognitiva, por mais aprimorada que seja, que possa resolver este problema. O estudo do conhecimento não pode resolver um problema de ontologia.

Então a coisa tem de ser abordada na esfera ontológica. Nós temos de fundamentar ontologicamente a identidade do ser e, daí sim, podemos colocar este problema em novas bases. Ora, se eu digo que eu não posso conhecer o meu ser existente, mas que eu só posso conhecer aspectos dele, mas se eu sei que eu tenho de ter um ser existente antes de eu poder conhecer qualquer coisa: significa que o modo de acesso que eu tenho ao meu ser existente é diferente do modo de acesso que eu tenho a qualquer outro conhecimento.

Ou seja: eu não me conheço a mim mesmo enquanto existente, nem por percepção, nem por abstração, nem por memória, nem por coisa nenhuma. Eu me conheço a mim mesmo enquanto existente, na medida em que eu tomo conhecimento de mim como ser agente, não cognoscente. Eu sei que o sujeito das minhas ações presentes é o mesmo das minhas ações passadas. Se eu, por um minuto, supuser que aquilo que eu fiz aos dois anos de idade teve como sujeito agente um outro, e não eu, então a minha memória já se fragmentou no mesmo instante e eu não posso continuar raciocinando a respeito.

Ou seja: Eu tenho de aceitar a minha permanência como uma condição sem a qual nenhum conhecimento seria possível, embora eu não possa apreender essa permanência num ato de conhecimento.

Então o indivíduo assume o seu ser de sujeito agente para ele poder conhecer. Agora, querer que a investigação do sujeito cognoscente retroaja sobre os seres externos e apreenda é mesma coisa que você serrar o galho no qual está assentado: é uma operação impossível. É também curioso que tanto esforço tenha sido despendido no sentido de apreender, dentro do sujeito cognoscente, o sujeito existente em vez de fazer o contrário. E, ao mesmo tempo, toda a filosofia praticamente tenha negligenciado a busca da tomada de consciência da identidade do ser. Por exemplo, você não pode apreender o seu ser existente na sua totalidade — isto é óbvio —, mas você pode sempre reconhecer, por baixo dos seus estados transitórios, uma faixa mais permanente — todos nós temos esta experiência. Quando nós usamos a palavra Eu, nós sempre sabemos que este Eu que está falando, naquele momento, é o mesmo Eu que fez outras coisas em outras épocas.

Então não adianta examinar este conteúdo de consciência para descobrir dentro dele o Eu existente. Mas nós podemos aprofundar a consciência de existência, ou, por assim dizer, o sentimento de existência ou experiência de existência e a experiência de níveis mais profundos de consciência, que estão mais próximos do Eu permanente.

Por exemplo, a existência de certas capacidades divinatórias. É uma experiência comum de você saber algo que não chegou ao seu conhecimento por via nenhuma, que você possa identificar e que, no entanto, você sabe. Essas experiências acontecem aos montões e quem quiser tem uma bibliografia vastíssima a este respeito.

A própria consciência autoral, quer dizer, você se assumir como autor de seus atos, isto é uma [0:30] prática. Então por que que os filósofos, em vez de ficarem tentando quebrar o eu cognoscente para achar dentro dele um eu existente (que não pode estar lá – porque é o eu cognoscente que está dentro do eu existente), eles não desenvolveram práticas para a tomada de consciência desses níveis mais profundos e permanentes?

Mas o que eles não fizeram, os místicos fizeram ao longo de milênios. Eu mesmo mencionei no curso “Consciência de Imortalidade” alguns exercícios ou

práticas pelas quais o indivíduo realmente recua desde este mundo do fluxo de impressões para um nível mais profundo e mais permanente. Eu não sei até onde se pode ir nessa profundidade, mas é evidente que tratar deste problema sem ter feito esta experiência é uma leviandade para dizer o mínimo. É uma tentativa de tentar resolver na esfera puramente lógico-verbal um problema que depende de uma experiência existencial.

Toda esta discussão só existe porque o pessoal está identificando o Eu humano (o verdadeiro eu humano) com o eu cognoscente, como se conhecer fosse tudo o que nós fazemos. Então, isso quer dizer que, este *loop*, esse círculo fechado, esse circuito fechado idealista contaminou toda a filosofia, não somente aqueles que são idealistas *ex professo*, mas também esse (de certo modo) preconceito idealista – quer dizer, buscar a essência ou a permanência do ser humano na mente humana, quando a mente é aquilo que há de mais impermanente, móvel e transitório. Poderão buscar no corpo? Não porque o corpo também é transitório. O seu corpo hoje certamente não é o mesmo de quando você tinha dois anos e, no entanto, aquele que diz “eu” ainda é o mesmo.

Todas as tentativas de explicar a origem da identidade humana por alguma outra coisa falham porque todas elas caem na ilusão gnosiológica. Por exemplo, você dizer (sobre o “eu humano”) que você tem impressão de identidade, porque lhe deram um nome e continuaram chamando você pelo mesmo nome (você introjeta aquilo). No entanto, se eu não tivesse nenhuma identidade, como é que, quando pronunciam meu nome de novo, eu vou saber que sou eu? Que é de mim que estão falando? É uma coisa tão absurda que não precisa dois minutos de atenção. Ou seja, em vez de o nome ou o fato de as pessoas te tratarem como se você fosse o mesmo produzir a sua identidade, você precisa dela para você poder reconhecer que estão falando com a mesma pessoa.

A identidade é uma condição prévia. Não há nada na esfera cognitiva, seja individual, seja coletiva, que explique a identidade humana porque ela é a condição para que tudo isto possa ser discutido. Então ela é uma exigência ontológica absoluta e inescapável e a tentativa de buscar o eu existente dentro do eu cognoscente é, mais ou menos, como você revirar uma embalagem em si mesma para você descobrir algo do produto. A embalagem é só a embalagem, o produto é separado e distinto da embalagem.

Toda essa discussão de dois milênios me lembra daquele negócio do gato do Felix, que tirava o próprio rabo e com o próprio rabo ele fazia uma interrogação e depois transformava a interrogação numa exclamação e depois transformava em um barquinho e ia embora. É como esses desenhos do Escher em que a escada (o topo da escada) coincide com o seu primeiro degrau. Então este é um *loop*, é um círculo fechado onde a mente filosófica se fechou durante milênios por não admitir que, além do eu cognoscente, nós temos que ser algo mais. Algo mais que determina a nossa possibilidade de conhecimento e que não pode por sua vez ser abarcado por ela, não pode ter acesso à ela por

nenhum dos meios cognitivos a disposição. Você tem de tomar um meio existencial, ou seja, você tem de aceitar aquilo que foi chamado de “o conhecimento por presença”.

O conhecimento por presença que (...) note bem, o próprio Louis Lavelle trabalhou nisso tanto tempo, mas ele mesmo não chegou a fazer esta crítica que eu estou fazendo a todos os 2.400 anos de gnosiologia. O que não quer dizer que todas estas investigações tenham sido inúteis. Ao contrário, elas vão se escalonando até um ponto em que a solução, por assim dizer, é exigida. E a solução é exatamente esta, por isso que eu digo que todas as respostas apreendem aspectos da verdade, mas são insatisfatórias. Desde logo todos enfocam o problema desde o aspecto puramente cognitivo, sem tocar na questão da própria identidade e estabilidade do sujeito. Como é que eu posso saber se as coisas tem uma identidade e permanência se eu estou examinando apenas os meus pensamentos a respeito delas? Não faz o menor sentido. Quer dizer, se o coelho continua sendo coelho, não pode ser só porque eu o pensei como coelho. Por mais que eu fique escarafunchando meu pensamento, eu não posso encontrar essa solução.

Por outro lado também é óbvio que se eu não tenho nenhuma identidade e permanência, eu não poderia perceber identidade e permanência no que quer que fosse. Seriam tudo ilusões transitórias que eu apenas tomaria como identidade e permanência. Portanto o problema da identidade e permanência do ser humano é prévio e ele não é um problema gnosiológico de maneira alguma. Ele não pode ser resolvido na esfera do conhecimento, seja na teoria do conhecimento platônico ou aristotélico, seja na ciência cognitiva atual. Em segundo lugar, não estabelece (com exceção da cartesiana) uma diferenciação suficiente entre o conhecimento da identidade das coisas e o da identidade do próprio sujeito. Descartes faz esta distinção e isso é mérito dele.

Ainda em foco a estabilidade deste sujeito não enquanto cognoscente, mas enquanto existente: se eu tenho alguma estabilidade, não pode ser enquanto cognoscente. Eu a tenho enquanto ser realmente existente no qual o conhecer é apenas uma propriedade que eu exerço de vez em quando. Mas a solução cartesiana também não resolve o problema, porque nela o eu cognoscente é a penas a identidade provisória e evanescente de um momento, o momento do cógito. Portanto, Descartes também não está investigando o sujeito existente, mas apenas o sujeito cognoscente.

É verdade que o conhecer é a atividade mais importante do ser humano, mas não quer dizer que ela seja a única, nem que ela seja *causa sui* e nem que dentro da esfera do conhecer humano se possa encontrar a solução para o problema do existir, seja do ser humano, seja dos outros seres. No entanto, a premissa cartesiana de que para conhecer é preciso existir, pode nos guiar nesta investigação. Se o existir é uma condição do conhecimento e não o contrário, então a questão da identidade do sujeito precede logicamente a do conhecimento dessa identidade, ou seja, uma questão é eu me perguntar como eu fico sabendo que os objetos tem identidade e outra questão

completamente diferente é eu perguntar se eles tem efetivamente identidade. É evidente que é esta última questão que determina o rumo que deve tomar a primeira segunda¹ e não ao contrário, pois ter identidade é uma coisa e conhecê-la é outra completamente diferente.

Se isolamos o cognoscente do existente, toda investigação se fecha num labirinto sem saída, mas se entendemos que a identidade do existente precede a do cognoscente, então temos que admitir que mesmo para constatar a fragmentariedade de nossas percepções, temos de possuir uma unidade substancial enquanto existentes. Mas ainda, para explicar como superamos ou imaginamos superar essa fragmentariedade por meio de conceitos estabilizadores e da nomeação repetida, ou seja, se eu posso dar nomes permanentes às coisas e criar conceitos estabilizadores das espécies ou até dos indivíduos, eu, para isso, tenho que ter uma unidade substancial antes e muito mais ainda para fundar essa superação numa suposta unidade e estabilidade do eu cognoscente enquanto tal – ou seja, para eu supor uma unidade do eu cognoscente, [0:40] eu tenho que ter uma unidade do eu existente antes e não adianta buscar o fundamento desta unidade no conhecimento, tem de procurar na existência.

O eu cognoscente por si não tem (e não pode ter) unidade ou estabilidade nenhuma, de vez que o conhecer é somente uma atividade do eu existente e não um modo de existir permanente e substancial. É claro que o conhecer é a propriedade distintiva do ser humano. É o que o distingue dos outros animais – o conhecimento humano não é acessível a nenhum animal, mas o ser humano tem muitas outras propriedades que são diferentes dos animais –, por exemplo, se você pensar o número de línguas, de idiomas existentes e de fonemas que existem nessas línguas, você pode perguntar que outro animal consegue produzir tal variedade de sons? É uma coisa tão incomensurável que nem precisa continuar pensando. Nenhum animal pode produzir tantos sons, e se você pensar todas as músicas que o ser humano compôs, você tem ainda uma variedade de sons muito maior e combinações que para nenhum animal são acessíveis. Então existem vários traços distintivos do ser humano – entre o ser humano e os outros animais – e um desses traços distintivos é evidentemente o conhecer, a nossa capacidade de conhecer é incomensurável com a de qualquer animal.

Porém nós podemos perguntar: É nele que consiste, é no conhecer que consiste a nossa estabilidade e permanência? Ou ao contrário: O conhecer, a possibilidade que temos de conhecer é um efeito da nossa estabilidade e permanência? É evidente que essa segunda é que é a hipótese verdadeira. A própria dúvida que temos quanto à unidade e identidade das coisas, clama pela nossa condição de seres dotados (enquanto existentes, mas não enquanto cognoscentes) de uma unidade substancial.

Então, esta unidade substancial, nós podemos chegar a ela pelo método que o Kant chama de transcendental – algo que é uma pré-condição da experiência,

¹ Acredito que o correto seria “primeira”. (nota do transcritor)

mas que só se revela no curso desta experiência – então essa é uma das pistas para a idéia do eu substancial, ou seja, podemos conhecê-lo por um exame retroativo do conhecer e notar que o eu substancial sempre esteve lá o tempo todo, sem o que o conhecimento não poderia ser feito, mas isto é uma maneira apenas racional e analítica de examinar o problema. Porém, existe por baixo disso a experiência do eu substancial, e essa experiência não pode ser acessível por nenhum meio analítico ou mental, isso exige a participação do ser humano inteiro, exige que ele assuma isso – que ele assuma a sua identidade ao longo de todos os momentos. – e veja que aquele que diz “eu” nesse momento é aquele mesmo que dizia eu aos três ou quatro anos de idade.

Querer encontrar uma prova disso no mental é a coisa mais absurda que existe e toda essa discussão de dois milênios é por causa disso – você está procurando uma prova da existência do todo numa das suas partes, você nunca vai encontrá-lo –, é a mesma coisa que eu querer procurar essa mesa nesta gaveta, eu nunca vou encontrar porque é a gaveta que está na mesa e não a mesa que está na gaveta. Entenderam a explicação? Isso aqui é básico para o estudo da filosofia. Eu não sei se a minha explicação foi suficientemente clara, mas nós podemos voltar a ela em outras ocasiões.

Eu acredito que a confusão quanto a esse ponto é também a raiz de inúmeras outras confusões que, às vezes, aparentemente, não tem nada a ver com este problema gnoseológico ou ontológico (problemas de filosofia política, por exemplo).

Outro dia eu estava lendo o livro do Michael Davis sobre o reino de cristo. Então ele diz o seguinte, ele diz que pela doutrina católica, o reino de cristo deve imperar em todas as dimensões da vida e não em uma dimensão especializada. Portanto, diz ele: “Um católico não pode admitir que a sua religião é apenas uma coisa de sua vida privada e que na vida pública, ele aceita as coisas de uma outra maneira e, por tanto, a noção do Estado leigo estaria completamente errada” (quer dizer, um católico não pode aceitar um Estado leigo, o Estado tem de ser cristão). Muito bem, mas o que é um Estado cristão? É um Estado que confessa e comunga? O Estado não é uma pessoa nesse sentido, não é um agente. É preciso entender que a noção de Estado cristão não é um conceito é uma metonímia. Então o que é um Estado cristão? É um Estado no qual todas as leis refletem a doutrina cristã? Mas as leis são só um aspecto do Estado, se todas as leis forem cristãs, da primeira a última, isso não quer dizer que todas as ações do Estado serão cristãs. É absolutamente impossível que a doutrina cristã inspire cada ação de cada funcionário público o tempo todo. Ora, a substancialidade do Estado não está nas leis, mas está na sua prática jurídica, administrativa, policial, militar, econômica etc. Então isso quer dizer que, o Estado cristão propriamente dito não existe. Existe um Estado onde as ações dos governantes são influenciadas pela Igreja, mas mesmo aí você não poderia dizer que o Estado é cristão, o Estado nunca é cristão. Quando cristo disse: “Daí a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”, ele quis dizer que um hiato entre essas duas coisas sempre existiria.

Então embora o princípio enunciado pelo Michael Davis seja inteiramente correto e esteja inteiramente de acordo com a igreja, isto é, não podemos aceitar a dimensão, aceitar de direito a dimensão, a existência de uma dimensão não cristã ou neutra. Esse princípio está muito certo, mas isto não quer dizer que seja possível fazer um Estado cristão ou mesmo que a noção de Estado cristão tenha algum conteúdo, além do conteúdo metonímico. Este erro de raciocínio que é comum a muitos autores católicos, ele vem desta questão que eu estou dizendo – da confusão entre o modo de ser e o modo de conhecer, confusão entre o ser existente e o ser cognoscente – é a mesma coisa. Confusões deste tipo existem em tudo quanto é lugar, elas são por assim dizer, esses erros são crônicos na nossa civilização, isto é uma tragédia cognitiva sem mais tamanho e eu acredito que foi só no século XX, com o Louis Lavelle, que nós começamos a arranhar esta questão.

Eu acho que com essa explicação que eu dei aqui, eu disse uma coisa que o Louis Lavelle não tinha dito (que ele mesmo não tinha percebido), mas quem abriu a possibilidade disso foi o Louis Lavelle, e, no entanto, na filosofia islâmica a noção do conhecimento por presença existia desde o século XI, só que só chegou ao conhecimento do Ocidente no século XX.

É curioso que a noção desses exercícios ou práticas espirituais que dão acesso a uma dimensão mais permanente de cada um, não tenham chegado ao conhecimento das pessoas, nem pelos filósofos e nem pelas igrejas, mas pelos psicólogos e até por gente da Nova Era, é um absurdo! Quando umas coisas preciosas são jogadas fora, você vai encontrá-las aonde? Vai encontrá-las no lixo. É no lixo que você tem de ir pegar de volta. Isso quer dizer que existem coisas preciosas que foram deixadas para trás, tanto pelos filósofos, quanto pelos teólogos e que de repente aparece um charlatão, um picareta com uma tremenda verdade na mão – que é claro que ele vai apresentar de maneira totalmente distorcida –, [0:50] mas que ele tem aquela preciosidade na mão, ele realmente tem. Então eu confesso que foi num desses livros publicados pela Nova Era, que eu, pela primeira vez, percebi que isto existia. Claro que estava ali explicado de uma maneira totalmente charlatanesca, mas o sujeito sem saber, estava tocando num problema crucial da filosofia, que é o problema da identidade existencial.

Aluno: Eu transcrevo abaixo um trecho do tratado da natureza humana de David Hume. David Hume nega a existência da idéia da identidade do eu. Aqui está o trecho:

“O eu ou pessoa não é uma impressão, mas aquilo que se supõe que as nossas várias impressões tem referência. Se alguma impressão erige a idéia do eu, essa impressão deve permanecer invariavelmente a mesma em todo o curso da nossa existência, uma vez que se supõe que o eu existe desta maneira. Ora, não há impressão constante e invariável, a dor e o prazer, a tristeza e a alegria, as paixões e sensações sucedem-se umas as outras e nunca existem todas ao

mesmo tempo. Não podem, portanto, ser de nenhuma dessas impressões nem de qualquer outra que a idéia do eu é derivada, portanto tal idéia não existe.”

Olavo: Está tudo certo neste parágrafo, exceto a conclusão. Do fato de que a idéia do eu não existe não quer dizer que o eu não exista. De certo modo David Hume está se denunciando a si mesmo. Ele diz: “Eu não estou investigando uma entidade real, eu estou investigando uma idéia e enquanto idéia o eu substancial não existe”. Você tem toda razão meu filho. Se o eu substancial pudesse existir como idéia, ele seria apenas um conteúdo de consciência. É absolutamente necessário que o eu existencial, o eu substancial não seja um conteúdo de consciência, nenhum conteúdo de consciência pode abarcar o eu existencial. Ele tem de existir para que possa haver o conteúdo de consciência, ou seja, ele é incognoscível por meio da mente. Ele só pode ser conhecido por si mesmo – ou seja, pelo exercício da existência e só pode ser conhecido subordinando a mente à realidade da existência e isto é um exercício, isto não é uma teoria. Então, esse trecho do David Hume expressa muito bem o que nós podemos chamar de ilusão gnoseológica ou até doença gnoseológica que infectou o ocidente, de que tudo deve... Veja isso não afetou somente as escolas idealistas, mas afetou todas as filosofias, desde Platão até hoje e esse é o maior problema da filosofia. Então a idéia é buscar a realidade no conhecimento e não ao contrário, porque a realidade por si, toda a realidade não é um conteúdo de consciência, é algo a que você se abre. Note bem, pega uma pessoa que você conheça bem e que você tenha muito amor por ela, ela se reduz aquilo que você sabe dela? Ou você tem de aceitar que nela existe algo que é inacessível à sua consciência e que por isso mesmo é real? Você não pode produzi-la por um ato mental. Se você pudesse então ela seria apenas um conteúdo da sua consciência e tanto faria ela estar presente ou ausente. O conhecimento que nos temos de qualquer pessoa é assim e o conhecimento da realidade? O conhecimento da realidade consiste em abrir-se a algo que não é conteúdo da sua consciência e que jamais será conteúdo da sua consciência. É algo que está entrando continuamente e que está assegurando a possibilidade da sua consciência, então a grande ilusão ocidental foi essa onipotência do eu cognoscente. Ele é o centro de tudo, é o centro de todas as investigações e mesmo as escolas chamadas realistas como o próprio Aristóteles também caem nisso, não doutrinalmente, não na doutrina, mas no método. O método das escolas realistas é também idealista. Este é que é o problema, o que levou... Por exemplo, no século XX, o René Le Senne, ele dizia que, ele disse explicitamente isso: “O idealismo é a própria filosofia”. Historicamente é, mas não tem de ser. E o único filósofo que eu sei que escapa disso é o Louis Lavelle. O centro da filosofia do Louis Lavelle é estar aberto ao que não é consciência.

Aluno: O problema da crise existencial é dentro deste contexto, ou seja, quando o cognoscente toma consciência, percebe a sua própria existência de modo profundo, não achando um modo de descrever essa sensação e muito menos uma resposta para tal percepção.

Olavo: Não é que não acha só um modo de descrever, ele não acha o meio de expressar isso aí, porque para ser expressado, teria se tornar um conteúdo de consciência. Então pegue uma pessoa que você ame e expresse-a se você puder. Pegue aí sua namorada, sua mulher, sua mãe, seu filho e expresse-o, você não pode expressá-lo. Você só pode expressar o nome dele, algo a respeito dele, mas não ele, e isto mesmo é o que garante que ele é real. Então qual é o problema com o real? O problema é que ele não é jamais o conteúdo da nossa consciência, ele é real precisamente por isso e não há nada de errado com isso. Agora, se você quer procurar tudo dentro da consciência então você está completamente maluco. Você está confundindo o conhecer com o ser. Claro, o conhecer é a nossa forma predominante de ser, sem sombra de dúvidas. É nossa forma distintiva, o que nos distingue dos animais, das pedras etc. Porém, isso não quer dizer que todo o nosso ser se resume em conhecer. Há uma parte nossa que é o ser, que é o estar presente. Estar presente e abrir-se a presença. Isso não pode ser resolvido dentro da mente, também não pode ser resolvido dentro do corpo. O corpo também tem as mesmas dificuldades da mente e até mais, existe algo além do corpo e da mente. Corpo e mente são apenas formas da nossa presença, mas ela não se resume nem a uma coisa nem a outra, a presença é anterior a nossa distinção de corpo e mente. Ela é a condição para que possamos fazer essa distinção. O Louis Lavelle estava montado da razão: o problema fundamental da filosofia é o problema da presença. Nós estamos presentes num universo e ele está presente a nós. Todo o nosso processo cognitivo não consiste senão em elaborar aspectos desta presença, nunca a própria presença como tal, que continua aí.

Aluno: O Senhor poderia falar um pouco sobre o que é exatamente a mente?

Olavo: Bom eu tenho uma apostila minha “O que é a psique?”, mas note bem, o que eu falo da identidade do nosso ser substancial é o que a religião chama alma. A alma não é a psique, a psique é somente uma das... a psique e o corpo são aspectos da nossa alma. Da nossa alma vivente, da nossa alma presente. Então, a mente é só um dos aspectos dela. A gente pode descrever algumas características da mente, por exemplo, o uso de signos. Tudo o que se passa a nossa mente é através de signos, é uma coisa que representa outra. Mas para que uma coisa represente a outra é possível que as duas estejam presentes, e esta presença por sua vez, não cabe dentro do processo dos signos. Então, o que quer que eu diga, por exemplo, estou fazendo um discurso e esse discurso se refere a uma série de coisas, mas ou esse discurso existe efetivamente ou está presente ou ele não foi proferido jamais. Então um discurso não pode dar conta da sua própria presença. Ele sempre tem de ser sobre algo [1:00], mas essa presença fica subentendida como uma condição prévia do discurso, ela tem de ser admitida, sem o quê o discurso não pode ser proferido. Do mesmo modo, tudo aquilo que nós pensamos; isso quer dizer que a intuição de Descartes é válida. Quando ele diz “penso logo existo”; quer dizer: o pensamento depende da existência. Mas, se o nosso modo de ‘ser’ se resume ao ‘conhecer’ então ele só é verdadeiro no instante em que é pensado. Mas nós perguntamos: Isto é possível? Tanto não é possível que Descartes é obrigado a apelar ao próprio Deus para garantir a permanência da sua

existência fora dos momentos em que ele pensa “*cogito ergo sum*”. Porém, apelar a Deus é fundamentar a existência; não é constatar a existência. Você pode dizer que Deus é a causa da existência, sim, mas Ele não é a própria existência. Então até para poder tentar fundamentar isto e encontrar Deus é preciso existir antes.

Então, a existência (a presença) é realmente a chave de todos os problemas da Filosofia. E aí temos de agradecer ao Louis Lavelle, que foi o primeiro cara que disse isso claramente. Claro que muitos outros intuíram – em parte –; mas continuaram usando o método gnosiológico sempre. E hoje, quando temos ciência cognitiva, neuropsicologia etc estamos aprofundando cada vez mais no método cognitivo.

Aqui o Paulo Machado pergunta se eu não escrevo mais no *Diário do Comércio*.

Escrevo sim, é que na semana passada eu estava com preguiça e não fiz nenhum artigo. Então essa semana eu já fiz dois e vou ter de fazer mais um.

Aluno: O aprofundamento da percepção da unidade da permanência do eu pode ser alcançado por aquele exercício para separação da mente e do corpo, que, por exemplo, a Conscienciologia propõe?

Olavo: Não sei, porque parei a muito tempo de estudar essas coisas (esse é um campo de pesquisa do Waldo Vieira). Eu tomei conhecimento disso quase trinta anos atrás e depois não soube mais nada, então não sou capaz de dizer. Mas que existem exercícios para aprofundamento da consciência de presença, existem. Eu mesmo mencionei no curso sobre a ‘Consciência de Imortalidade’. Não quer dizer que todos os exercícios sejam muito bons – alguns podem ser até lesivos – mas se a gente ‘passar na peneira’ sempre há alguma coisa que se salva.

Aluno: Eu sou obrigado a reconhecer uma relação estreita entre a minha unidade existencial e minha estrutura cerebral (...)

Não. Está completamente errado. A estrutura cerebral é algo que você só conhece indiretamente através de teorias científicas altamente complicadas. Ela não é de maneira alguma um dado primário que possa fundamentar tudo isso. Quer dizer, a sua unidade existencial é uma condição para que você conheça o que quer que seja – sobretudo uma coisa tão remota e complexa quanto o cérebro.

Aluno: (...) Minha mulher (psiquiatra) me diz resumidamente que os neurônios são sempre os mesmos; não se substituem ao longo da vida como outras células do corpo.

Olavo: Muito bem, hoje em dia já se sabe que não é exatamente assim; o cérebro se refaz. Isso [a teoria de que os neurônios não se substituem] era o que se acreditava até um tempo atrás. Ela está desatualizada. Mas, mesmo se

fosse [como ela diz]: vamos supor que os neurônios são sempre os mesmos; mas a pergunta é o seguinte: esses neurônios existem ou não? E, não somente eles existem fisicamente, a função deles existe ou não? Então isso quer dizer que, os neurônios – a estabilidade da rede neuronal – podem ser um elemento que fundamente a nossa confiança teórica na estabilidade da identidade humana, mas ela não é a própria identidade – ela ainda é apenas o conhecimento desta identidade. Através da rede neuronal nós podemos ter algum conhecimento da identidade, mas, como ela poderia ser essa identidade em si mesma? Quer dizer que uma pequena fração do seu corpo é a sua identidade? Isso não faz o menor sentido. Ela pode ser – dentro do seu corpo – a parte que, pela sua própria estabilidade, reflete melhor esta permanência da identidade. Mas, quando falo ‘permanência da identidade’ estou incluindo aí todas aquelas experiências chamadas ‘próximas da morte’, em que uma pessoa sem atividade cerebral alguma – atividade nem cardíaca, nem cerebral – continua exercendo atos de conhecimento. Está mais que comprovado que isso acontece. Portanto, esta pessoa que conhece, por exemplo, aquela mulher que estava com a atividade cerebral totalmente parada quando se viu subindo e vendo o telhado do hospital onde estava – descobrindo que havia um tênis vermelho deixado ali. Não houve nenhuma atividade cerebral que pudesse registrar isso, e, no entanto, a consciência de identidade dela permaneceu, porque ela disse: “eu vi”. Então é evidente que a relativa permanência da rede neuronal pode nos ajudar um pouco, mas ela não resolve o problema.

Aluno: O pensamento abortista poderia de alguma forma estar ligado à expressão “penso logo existo” para afirmar que uma criança acéfala não existiria como ser humano?

Olavo: Sem sombra de dúvida. Não só isso, como toda a chamada ‘política de gênero’. A política de gênero consiste em confundir o que você pensa com o que você é. Por exemplo, os gêneros não são senão versões um poucos trabalhadas da idéia de sexo. Pode haver uma idéia de gênero totalmente alheia a sexo? Não, não pode. Os gêneros são várias maneiras de você exercer a sua sexualidade, portanto dependem de uma sexualidade anterior. Porém, quando se diz que devemos libertar a idéia de gênero da idéia de sexo isto é a mesma coisa que querer libertar os signos dos seus significados. Você pode dizer que vai fazer isso, mas na realidade não vai. É também uma confusão do ‘ser’ com o ‘conhecer’; isso aí é a “peste” do ocidente e está espalhado por tudo quanto é lugar. Eu digo: até os filósofos realistas, no seu método, são idealistas.

Aqui o Wesley da Silva Rosa fala de tribos criadas por decreto, por assim dizer: as grandes potências determinam que exista uma tribo.

É a mesma coisa: nós ainda estamos dentro do mesmo mundo confundindo o ‘conhecer’ com o ‘ser’. É claro que tem alguma malícia por trás disso; mas essa própria malícia se baseia –a sua credibilidade e o fato de as pessoas aceitarem isso – num erro que é comum em toda a nossa cultura. Quer dizer, é uma cultura subjetivista e idealista.

Aqui tem outra pergunta sobre uma coisa completamente diferente:

Aluno: Desde que comecei a ler romances, notei que, por vezes, eu “como” palavras, artigos ou conjunções, troco as letras dentro delas de forma que perco o sentido. Ou então, para piorar, a tônica me escapa; por exemplo, um parágrafo que é uma pergunta mentalmente eu termino de ler como se fosse uma afirmação.

Olavo: São dificuldades que você ainda vai ter por muito tempo. Provavelmente porque foi educado dentro do método Socioconstrutivista – que quer que você apreenda tudo num relance, por uma fulguração intuitiva. Quando não é possível, a leitura é eminentemente um processo analítico. É por isso que é bom você treinar, por exemplo, esse curso de latim; acabei de ver o anúncio do Curso de Latim do Rafael Falcón, em que ele diz: “o latim não é só uma língua, é um princípio de organização da mente”. E é mesmo; porque ler em latim é fazer análise sintática. E quando se faz análise sintática, algo tem de aparecer da relação entre as palavras [1:10] e as coisas designadas. Portanto [a análise sintática] é, de certo modo, uma análise do próprio processo cognitivo. Você vai treinando nisso e isso vai ficando cada vez mais rápido. Mas se você aprendeu a ler por ‘sacações intuitivas’, fica difícil. A culpa não é sua, foi o método pelo qual você aprendeu a ler.

Eu acho que o estudo do latim pode corrigir isso aí. No começo fica difícil porque você tem de desmembrar tudo, mas com o tempo vai acelerando. Muita gente hoje tem isto; o pessoal acha que ler é como perceber um gato ou uma banana. Não é. Ler é um processo de análise e síntese: desmontar e montar de novo. É por isso que as pessoas têm dificuldade de aprender alemão: ler em alemão é fazer análise sintática. Você tem de desmontar a frase na cabeça e montá-la na ordem latina, senão não consegue chegar lá. Porém a maravilhosa organização do latim resolve tudo isso. Se você quer aprender alemão é melhor aprender latim primeiro, porque a estrutura do alemão não é tão clara nem tão detalhada quanto a do latim.

Vou contar um negócio pra vocês: eu abri uma gramática portuguesa pela primeira vez depois dos trinta anos. E já escrevia corretamente pelo menos desde os dezessete quando comecei a trabalhar no jornalismo. Qual é o segredo? A *Gramática Latina*, do Napoleão Mendes de Almeida. Eu aprendi português no latim (sem estudar português) e escrevia tudo corretamente sem o menor problema. Quer dizer, aquelas estruturas haviam se impregnado na minha mente de tal modo que eu as transpunha para o português sem nem pensar nisso – era quase que automático. Você se acostuma com a análise sintática, ela se automatiza, então a estrutura das frases começa a ficar clara para você. É assim que se aprende a escrever. Pelo português seria difícil fazer isso: a própria *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* – do próprio Napoleão – não é tão boa quanto a *Gramática Latina*. Mas não é por culpa dele; é que o português não é tão bem estruturado quanto o latim.

Outra língua que tem essa maravilhosa organização interna é o árabe (as línguas antigas têm muito isto): no árabe tudo é organizado como se fosse uma árvore. Então aprendê-la também seria uma boa disciplina, mas muito remota para nós porque toda a nossa cultura vem do latim e não do árabe.

Muito bem, acho que por hoje é só. Vamos parar por aqui.

E não é por nada não, mas faça o curso de latim. Isso não é propaganda do Rafael Falcón; se não quiser estudar com o Rafael estude com outro; mas faça, estude latim.

Então, até a semana que vem e muito obrigado.

Transcrição: Felipe Vitorino

Transcrição: Charles Santos, Télia Oliveira e Felipe Vitorino

Revisão: Victor Medina